

**JANAÍNA ALCÂNTARA VILELA**

*Mestre em Direito do Trabalho Stricto Sensu pela PUC Minas (CAPES 5). Pesquisadora junto à PUC/Minas. Integrante do Grupo de Pesquisa do Instituto de Iniciação Científica de Direito, Constituição e Processo José Alfredo de Oliveira Baracho (IICCP). Especialista em Direito de Empresa pelo IEC — Instituto de Educação Continuada da PUC/MG. Especialista em Direito e Processo do Trabalho pela Universidade Anhuera-UNIDERP. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Coordenadora de pesquisas acadêmicas da área de Processo do Trabalho do Núcleo Acadêmico de Pesquisa (NAP). Advogada. Professora Universitária.*

# **A EXECUÇÃO DOS ESTADOS ESTRANGEIROS E DAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS**



**LTR<sup>®</sup>**



EDITORA LTDA.

© Todos os direitos reservados

Rua Jaguaribe, 571

CEP 01224-001

São Paulo, SP – Brasil

Fone: (11) 2167-1101

www.ltr.com.br

Produção Gráfica e Editoração Eletrônica: Peter Fritz Strotbek

Projeto de Capa: Fabio Giglio

Impressão: Pimenta Gráfica e Editora

LTr 5113.2

Janeiro, 2015

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

Vilela, Janaína Alcântara

A execução dos Estados estrangeiros e as organizações internacionais  
/ Janaína Alcântara Vilela. — São Paulo : LTr, 2015.

Bibliografia.

ISBN 978-85-361-3174-0

1. Direitos fundamentais 2. Direito internacional 3. Organizações  
internacionais I. Título.

14-09032

CDU-341.1

---

Índice para catálogo sistemático:

I. Organizações internacionais : Direito internacional 341.1

## Sumário

Abreviaturas e Siglas .....	11
Prefácio .....	13
Introdução.....	15
1 — Direitos Fundamentais Sociais .....	20
1.1. Direitos Fundamentais e Direitos Sociais .....	20
1.2. As dimensões dos direitos humanos.....	21
1.3. Os direitos fundamentais sociais na constituição federal de 1988 .....	24
1.3.1. Eficácia dos direitos fundamentais sociais .....	25
1.3.2. Efetivação judicial dos direitos fundamentais sociais .....	26
1.4. Reserva do possível e mínimo existencial.....	28
2 — Jurisdição e Competência .....	30
2.1. Conceito de jurisdição .....	30
2.2. Princípios inerentes à jurisdição .....	35
2.3. Características e finalidades da jurisdição .....	37
2.4. Conceito de competência.....	40
2.4.1. A competência, nos dizeres de Fredie Didier Jr. (2009, p. 106), é exatamente o resultado de critérios para distribuir entre vários órgãos as atribuições relativas ao desempenho da jurisdição. A competência é o poder de exercer a jurisdição nos limites estabelecidos por lei.....	40
2.5. Competência jurisdicional internacional.....	41
2.5.1. A dificuldade para distinguir jurisdição e competência agrava-se diante da existência de uma terceira ordem de limites ao poder de julgar chamada “competência internacional”, terminologia que se deve na visão de Hélio Tornaghi a uma “convenção tácita” entre os autores de Direito Internacional Privado e de Processo. (MADRUGA FILHO, 2003, p. 78) .....	41
2.6. Competência Internacional da Justiça do Trabalho .....	43
3 — Entes de Direito Público Externo .....	49
3.1. Conceito e características .....	49

3.2. Estados estrangeiros.....	51
3.3. Organizações internacionais .....	54
<b>4 — Imunidade de Jurisdição .....</b>	<b>63</b>
4.1. Considerações sobre a origem da imunidade de jurisdição.....	64
4.1.1. Das pessoas imunes à jurisdição: diplomatas e cónsules .....	65
4.2. Imunidade de jurisdição do estado estrangeiro .....	71
4.3. A teoria da imunidade de jurisdição absoluta.....	75
4.4. A relativização do conceito de imunidade .....	78
4.5. Atos de império e atos de gestão.....	79
4.6. Imunidade de jurisdição na visão trabalhista .....	80
4.7. A jurisprudência de Portugal: estudo de caso — imunidade relativa de jurisdição .....	87
4.8. Imunidade de jurisdição das organizações internacionais: absoluta ou relativa?...	91
4.8.1. Novo entendimento do Tribunal Superior do Trabalho sobre imunidade das Organizações Internacionais – OJ n. 416 SDI-I e suas implicações.	95
<b>5 — Imunidade de Execução .....</b>	<b>99</b>
5.1. A diferenciação dos termos: imunidade de jurisdição e imunidade de execução	99
5.2. A execução contra estado estrangeiro.....	100
5.2.1. Da renúncia à imunidade de jurisdição e de execução .....	102
5.2.2. A penhora de bens dos estados estrangeiros .....	105
5.2.3. A penhora em contas bancárias dos estados estrangeiros .....	108
5.3. A execução contra organismos internacionais.....	112
5.4. Posição dos tribunais pátrios sobre a imunidade de execução .....	114
5.4.1. A questão do pagamento pelo débito judicial trabalhista dos Estados estrangeiros e das Organizações Internacionais: a União é ou não responsável?.....	119
<b>Conclusão .....</b>	<b>127</b>
<b>Referências Bibliográficas .....</b>	<b>131</b>
<b>Anexo A – Convenção de Viena sobre Relações Diplomáticas de 1961.....</b>	<b>139</b>
<b>Anexo B – Convenção de Viena sobre Relações Consulares de 1963 .....</b>	<b>150</b>